

HABEAS CORPUS Nº 548.538 - RS (2019/0356741-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GIULIA NATACHA DOS SANTOS SPERONI
ADVOGADO : GIULIA NATACHA DOS SANTOS SPERONI -
RS110297
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANDERSON CESAR DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

DECISÃO

ANDERSON CESAR DE SOUZA alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção decorrente de acórdão proferido pelo **Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul** no HC n. 0238488-06.2018.8.21.7000.

A defesa aduz impetrar o presente *mandamus* "em virtude de prisão para cumprimento antecipado da sanção penal imposta ao paciente" (fl. 8). Também, ser inepta a denúncia, pois "não delimitou adequadamente o tempo/espaco/circunstâncias do fato delituoso imputado ao paciente, pelo contrário, faltou com a realidade dos fatos e omissa" (fl. 10, *sic*). Pede, então, a liberdade do acusado até o julgamento do recurso especial interposto.

Todavia, da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído**, pois o impetrante olvidou de colacionar **a sentença condenatória, o ato coator e demais documentos que digam respeito ao *status libertatis* do réu durante o processo**, o que impossibilita a compreensão do caso e, por conseguinte, o exame da apontada coação ilegal.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir e, dada sua natureza urgente, exige prova pré-constituída das alegações. Não se admite, portanto, dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de defesa técnica – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato

atacado na impetração.

Ademais, verifico que **a alegação de inépcia da denúncia já foi objeto de análise por esta Corte no HC n. 517242/RS**, ocasião em que a **ordem foi negada**. Dessa forma, caracterizada a **mera reiteração de pedidos**, não há como conhecer do *writ* nesse ponto, ainda que estivessem presentes as peças processuais necessárias ao seu exame.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga as peças faltantes, o pedido de liberdade do réu face à ausência de trânsito em julgado da condenação seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**